



Subjetividade e “interioridade nacional”: o deslocamento imposto por J. Cabral de M. Neto

Subjectivity and “national interiority”: the displacement imposed by J. Cabral de M. Neto

Aline Magalhães Pintoⁱ

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Apresentamos, sob a forma de um comentário, uma hipótese: no processo histórico de formação da cultura literária e intelectual brasileira, há claros índices da constituição de uma dimensão compartilhada e comum entre a literatura, história e pensamento social e filosófico. Nesse terreno comum, percebemos um movimento que direciona a reflexão sobre a configuração da subjetividade moderna no sentido de compreendê-la como uma interioridade nacional. Nesse solo fortemente constituído, a obra de J. Cabral de Melo Neto impõe-se como um deslocamento. Para pensa-lo, recorro não à poesia, mas à reflexão sobre poesia moderna em prosa crítica escrita pelo autor na década de 1950 em dois textos bem conhecidos “Poesia e composição” (1952) e “Da função moderna da poesia” (1957).

Palavras-chaves: subjetividade, interioridade, poesia brasileira, João Cabral de Melo Neto.

Abstract: We present a hypothesis in the form of a commentary: in the historical process of formation of Brazilian literary and intellectual culture, there are clear indices of the constitution of a shared and common dimension between literature, history and social and philosophical thought. In this common ground, we perceive a movement that directs reflection on the configuration of modern subjectivity in the sense of understanding it as a national interiority. In this strongly constituted soil, the work of J. Cabral de Melo Neto imposes itself as a displacement. To think about it, I turn not to poetry, but to reflection on modern poetry in critical prose written by the author in the 1950s in two well-known texts “Poetry and composition” (1952) and “On the modern function of poetry” (1957).

Key-Words: subjectivity, interiority, brazilian poetry, João Cabral de Melo Neto

Apresentamos sob a forma de um comentário uma hipótese: no processo histórico de formação da cultura literária e intelectual brasileira, há claros índices da constituição de uma dimensão compartilhada e comum entre a literatura, história e pensamento social e filosófico. Nesse terreno comum, percebemos um movimento que direciona a reflexão sobre a configuração da subjetividade moderna no sentido de compreendê-la como uma interioridade nacional. Para o que seguimos, não como método, mas como inspiração, o trabalho desenvolvido por D. Lacapra em *History, Literature, Critical Theory*. Ao longo dos textos desse livro, o autor formula a relação entre Teoria, crítica e história nos termos de um processo de interrogação, pressão e provocação em que as questões de forma e de enquadramento sócio-histórico se projetam numa dimensão de mútua interação (LaCapra, D. 2013, p.12-30).

Nesse solo fortemente constituído em que identificamos a constituição da subjetividade como uma interioridade nacional, a obra de J. Cabral de Melo Neto impõe-se como um deslocamento. Para pensá-lo, recorro não à poesia, mas à reflexão sobre poesia moderna em prosa crítica escrita pelo autor na década de 1950 em dois textos bem conhecidos "Poesia e composição" (1952) e "Da função moderna da poesia" (1957).

O desenvolvimento argumentativo da hipótese constitui-se de dois momentos

1. Traçar a realização, no ambiente intelectual-literário brasileiro, da *problemática sobre a subjetividade nos limites da configuração de uma "interioridade nacional"*.
2. *em função desse diagnóstico teórico, mostrar que a distinção entre trabalho de arte e inspiração apontada por J. Cabral deixa-se pensar como um projeto crítico do princípio de subjetividade moderna.*

O *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* aponta para duas dimensões de sentido do termo subjetividade, cuja emergência se observa no seio do idealismo alemão -, sendo especialmente trabalhado por Kant nas Críticas à Razão Pura e Prática-, e que obtêm sua estabilidade semântica ao longo do século XIX. A decomposição do termo é um procedimento analítico que ajudará a compreensão de sua inserção no circuito literário-intelectual brasileiro. Não implica, portanto, entender as duas dimensões como efetivamente separadas senão que justapostas.

O primeiro desses planos de sentido diz respeito ao âmbito interior de cada pessoa, abarcando as realidades psíquica, cognitiva e emocional do ser humano. Propriedade

constitutiva do fenômeno psíquico do sujeito autoconsciente e pensante, a subjetividade está ligada à expressão da personalidade, às características de uma individualidade supostamente irreduzível e às vivências que só podem ser experimentadas por essa individualidade singular. A conformação da subjetividade está marcada, por um lado, pelo aparecimento do ser moral autônomo, signatário do contrato social e “igual perante todos”; e por outro, pela emergência do ser psicológico, o indivíduo único, singular e solitário, ávido por explorar sua subjetividade como intimidade (SIMMEL, 1976; DUMONT, 1983). O conceito, portanto, não se restringe às representações subjetivas, mas se aplica também às representações que supõem uma intervenção do sujeito – as representações sociais, práticas e afetivas. O desdobramento dos processos históricos e sociais que envolvem a problemática da subjetividade a coloca no cerne da edificação do indivíduo e dos processos de individuação do século XIX, sendo compreendida como instância dos elementos mais autênticos dessas construções. Ao mesmo tempo, ao se opor ao termo objetividade, a dimensão da subjetividade torna-se o espaço do aparente, do ilusório, do falível.

Em sua segunda dimensão ou plano de sentido, o termo subjetividade assume, em relação intrínseca estabelecida com a temporalidade, a posição de princípio filosófico da modernidade. As teorias da subjetividade moderna (Kant, Fichte, Hegel) a tomam como fundamento da ação, do conhecimento e da história, e nessa medida, sua problematização deve responder às demandas de autorreflexão e autocritica próprias da modernidade. A questão envia, como pano-de-fundo, ao tipo de associação específico entre tempo e ação que marca a consolidação do regime de historicidade moderno em que o papel do sujeito está ligado ao tempo histórico. Nesse contexto, determinada pela historicização da experiência, a consciência individual tendeu a ser elaborada nos limites de uma consciência coletiva encarnada nas características linguísticas, culturais e políticas da Nação (BARASH, 2004; HARTOG. 2003)

No Brasil, o conjunto de conceitos e teses que, de forma difusa, constitui nosso romantismo e pensamento social no século XIX, pode ser tomado como campo de uma reflexão latente sobre a problemática que envolve o conceito de subjetividade, mesmo que o termo não apareça expressamente. A exploração do domínio subjetivo se dá, de forma subterrânea, inscrita na busca pela individualidade do povo brasileiro, formulada com primazia na literatura e em especial na poesia.

Num cenário em que se discutia – uma vez que a língua nacional era compartilhada com Portugal -, a possibilidade de o Brasil ter ou não uma literatura própria, deve-se destacar o texto do francês Ferdinand Dennis, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826), em que, pela primeira vez, separa-se o que se produz no Brasil da arte literária portuguesa. A singularidade literária e autonomia do que é produzido no Brasil sustentar-se-ia pela exuberância da natureza, isso é, pela imagem do país como paraíso de riquezas, de bom clima e de belas paisagens. Dessa maneira, *o traço exótico torna-se constituinte dessa individualidade em construção* (ROUANET, 1991 ; CANDIDO, 2002).

O papel fundamental conferido à arte literária para a conformação da identidade subjetiva de um povo pode ser observado na afirmação de José de Alencar que diz:

(...) quando um homem, em vez de uma ideia, escreve um poema; quando a vida do indivíduo se eleva à vida de um povo; quando, ao mesmo tempo historiador do passado e profeta do futuro, ele reconstrói sobre o nada uma geração que desapareceu da face da terra para mostrá-la à posteridade, é preciso que tenha bastante confiança, não só no seu gênio e na sua imaginação, como na palavra que deve fazer surgir esse mundo novo e desconhecido.

Então já não é o poeta que fala; é uma época inteira que exprime pela sua voz as tradições, os fatos e os costumes; é a história, mas a história viva, animada, brilhante como o drama, grande e majestosa como tudo que nos aparece através do dúplice véu do tempo e da morte (ALENCAR, 1960 p. 891)

A amálgama formada por literatura e história – que não se confunde com o ato de narrar no discurso historiográfico-, não somente é o território da emergência de uma reflexão sobre a subjetividade. Ela torna central a elaboração e pesquisa oferecida pela crítica e pela história literária a respeito da especificidade da “alma brasileira”. Via régia para a compreensão da nação, a atenção ao elemento literário traduz-se na preocupação com a ideia de natureza e a caracterização do cenário natural. O que se consolida com estabelecimento de critérios para a definição de um caráter nacional (elaborado por meio de uma concepção de nacionalidade muito seletiva que nem como projeto buscava abarcar a “todos” de uma forma “igualitária”) e com as maneiras pelas quais a produção literária e cultural deve assumir esse caráter, atitudes que deságuam em um entrelaçamento entre um “sentimento íntimo” – necessário à poesia e a prosa – e as características sociais dos tipos nacionais (COUTINHO, 1968, p. 15).

O que podemos notar acompanhando um trecho da crítica em que Macedo Soares, ao advogar por uma espécie de indistinção entre nacionalidade e originalidade, mostra como Gonçalves Dias lidou com os dilemas que se apresentavam à literatura brasileira:

Eutomia, Recife, v. 1, n. 31, p. 75-88, Jul. 2022

(...) a fase propriamente inspirada do poeta, aquela em que a reflexão toma conta das emoções, depurando-as ao lume do gosto e do bom senso, traduzindo-as em formas precisas, em imagens significativas, através das quais aparece o pensamento da obra na identidade da concepção do artista. Dos risos da primavera ficaram só as lembranças saudosas; e das impressões juvenis que arroubavam-no de pasmo ao descortinar de um segredo da natureza em cada passo nas veredas da vida, restam-lhe gravadas no peito três recordações misturando-se-lhe gratas nas horas de trabalho ou de lazer: Deus, pátria e mulher. São três ecos a repercutirem lhe n'alma com a mesma suavidade, o mesmo acento melancólico das canções outrora ouvidas no solar paterno. Infeliz daquele que deixasse por um momento emudecer essas três cordas da harpa do coração, misteriosos emblemas da grandeza do homem, asselados em cada pulsação de seu peito (SOARES, 1980, p. 292)

Essa articulação entre o particular, interior, privado e a noção de universal confere o tom – nuançado em diferentes matizes-, do pensamento que orbita ao redor da questão sobre “ser brasileiro” no século XIX. Esses trabalhos podem ser considerados parte de uma espécie de “pré-história” do uso do conceito de subjetividade no Brasil. Por volta de 1870, o delinear do uso do conceito de subjetividade e sua tematização torna-se mais firme. Especialmente, quando o termo começa a aparecer expressamente em obras como, por exemplo, os *Estudos de filosofia* de Tobias Barreto. Ao afirmar que o “direito não é só uma coisa que se conhece, é também uma coisa que se sente”, Tobias Barreto se vê obrigado a discutir as dimensões objetiva e subjetiva. Nesse movimento, busca definir a subjetividade não somente como a instância concernente ao sentimento nos limites da vida interior. Atrilando-a a uma psicologia, Tobias Barreto ganha condições de pensar um senso jurídico individual e o direito como função e atividade humanas:

E quando bem se entende que o termo – subjetivo – foi tomado de empréstimo à tecnologia filosófica, onde ele tem um sentido determinado, significando tudo que pertence ao mundo interior, ao mundo da consciência, facilmente se chega a perguntar, se tal subjetividade não vai até aos domínios da psicologia propriamente dita; se além da faculta agendi ou do “cunho da regra abstrata que constitui uma autorização concreta da pessoa”, o direito não é ainda objeto de observação interna, uma forma ou um dado psicológico, emocional e mental, que abrange muito mais do que uma simples faculdade de agir? (BARRETO, s/d :p. 259)

O desenvolvimento da temática da subjetividade por meio do argumento psicológico terá uma trajetória longa - que ressoa na obra de figuras como Nina Rodrigues e posteriormente, na psicologia histórica de Arthur Ramos, nos estudos de psicologia social, nas teses de Oliveira Vianna, nos debates sobre o caráter nacional do modernismo de 1920 e

Eutomia, Recife, v. 1, n. 31, p. 75-88, Jul. 2022

mesmo nas recentes revisões em torno da dimensão cultural e discursiva da identidade nacional, tal qual tema recobrado pelos estudos culturais no final do século XX.

O desdobramento da conformação do conceito de subjetividade, ligado à ideia de que o elemento subjetivo não se opõe à dimensão objetiva, mas a complementa – no sentido da construção da totalidade nacional - é um traço vigoroso da cultura literária e intelectual brasileira, que já se encontrava consolidado numa obra como a *História da literatura brasileira* de Silvio Romero, no final dos anos 1880.

O que eu desejo é que o nacionalismo passe do anelo vago para o facto subjectivo, que elle appareça espontâneo. O poeta pôde mostrar-se brasileiro tanto no manejo de um assumpto geral, universal, quanto no trato de assumptos nacionaes. Pelo que toca a estes porém querer, por uma exageração negativa, elimina-los, seria o mesmo que exigir do Francez que não fale mais de suas scenas parizienses; do allemão que não mais se occupe com as suas lendas nacionaes, com seus costumes da Floresta Negra; do inglez que deixe de lado o character de seu povo, suas lendas saxonicas e escocezas; do russo que não se lembre mais dos seus steppes e do seu nihilismo; do hespanhol que não fite mais os olhos nas andaluzas. E não seria isto uma bem singular exigência?!..(ROMERO,1902, v. I, p.182)

Desde sua emergência, no século XIX, a problematização a respeito do tema da subjetividade e sua efetiva exploração esteve amarrada aos limites da configuração de uma “interioridade nacional” e a necessidade de compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação implica a necessidade de explicar as forças que a organizavam. Mergulhado no processo de historicização progressiva, o mundo natural passava a ser entendido em unidade com o moral. Como argumenta Araújo, essa fusão se constituiu um dos motores fundamentais do processo de individuação (2008, p.124-125). Para a consciência histórica que exigia a singularidade da pátria, a simples referência a uma cadeia causal ou a leis gerais é insuficiente para explicar e totalizar o conjunto heterogêneo que devia dar lugar a uma unidade. Nesse contexto, nada mais adequado do que a narrativa histórica. Por meio da história literária, a sucessão de uma cadeia de eventos em uma linha temporal pode adquirir a figura de um todo e a coesão estético-dramática exigida

Portanto, todo empreendimento intelectual deveria estar comprometido com a conformação dessa narrativa que compõe a subjetividade como uma “interioridade nacional”, como vemos nas palavras de Silvio Romero:

Parece-me que, até em razão do pouco caminho que os diversos rumos científicos tem feito entre nós, à crítica incumbe o dever de traçar a rezenha do terreno por eles percorrido. Da ideia exacta do pouco que temos feito é que, na hora actual, devemos tomar novas forças em busca de um ar mais puro, atrás de um futuro melhor. Seria vantajoso que cada um, na esfera de sua especificidade, inquiridas as causas de nosso atraso em matemática, astronomia, física, biologia, filosofia, examinasse o que, nos diferentes ramos da cultura humana, havemos produzido, e, destarte, habilitasse o espírito nacional a formar uma mais exata consciência de seu temperamento (IBIDEM. p 115)

Se não há dúvidas sobre a hegemonia da concepção de interioridade que marca a estética nacionalista romântica brasileira. Todavia, é importante marcar vozes ou visões de mundo destoantes desta amarra da cor local. Mister destacar duas figuras: Alvares de Azevedo e Machado de Assis. O primeiro, como assinala Werkema, singulariza-se, entre outros aspectos, pela postura antinacionalista em tempos de ufanismo (2001, p. 144). O segundo complexificou a relação entre a literatura nacional e a nação e foi alvo de desaprovação por parte de S. Romero como assinala Fischer:

Um dos objetivos mais evidentes da acusação romeriana foi questionar a posição canônica que Machado de Assis já havia conquistado no ambiente intelectual e literário da época. Porém, mais do que qualquer outra questão, Sílvia Romero buscou criticar a alegada falta de compromisso nacional por parte de Machado. Em certo sentido, a crítica representou menos uma discussão literária propriamente dita e mais uma disputa em torno de ideias ou preferências intelectuais, estéticas e políticas. Representou, inclusive, uma disputa regional, pois Romero questionava o “afrancesamento” dos intelectuais fluminenses reunidos em torno do Bruxo do Cosme Velho, bem como a defesa de homens de letras da chamada Escola do Recife, particularmente Tobias Barreto (FISCHER 2021, p. 54)

A despeito do que Machado de Assis tenha conseguido em termos de diluir e reposicionar a constituição da subjetividade, fato é que- retomado centro do processo formativo consagrado por A. Cândido – o bruxo do Cosme Velho serviu de esteio a configuração da interioridade nacional que liga a produção literária do séc. XIX ao modernismo paulista (IDEM, p. 45-55).

Mas, será um terceiro ponto fora da curva aquele que nos servirá de atalho para chegar à elaboração de João Cabral. Trata-se de *Minha Formação* [1900] de Joaquim Nabuco, considerada uma das primeiras e mais importantes reflexões autobiográficas do pensamento brasileiro.

Iremos de um ao outro num salto justificado pelo fato de que a conformação do pensamento social brasileiro em curso nas primeiras décadas do século XX, apesar da contribuição teórica e formal, de caráter ensaístico, e da construção de novos modelos de legitimidade intelectual para as ciências humanas, segue em continuidade ao século XIX em relação à tarefa de constituir e pensar a “interioridade nacional”, dando sequência à proposta de formular uma identidade narrativa para a nação brasileira – direção igualmente presente no movimento modernista (MICELE, 1989).

Tomo Nabuco e o *Minha formação* como limítrofe dessa exploração da subjetividade que articula particular, interior e privado à noção de universal que se totaliza como vínculo identitário nacional. Como o título sugere, o autor organiza uma expedição à própria subjetividade, o que desemboca numa arquitetura de autoavaliação e autorreflexão. O trabalho destoa da tematização do conceito de subjetividade que visa entregar o contorno da nacionalidade. A dissonância deve-se menos à declarada preferência do autor pela cultura europeia do que pela imersão do sujeito, em sua juventude, no clima de inconstância e abatimento da melancolia moderna, assim como pela incorporação, na maturidade, de um sentimento que mistura tranquilidade, liberdade e individualidade, garantidos por uma concepção específica de ordem e tradição (BENZAQUEN, 2004). Não sustentando efetivamente um desinteresse pelos rumos do Brasil, a exploração da subjetividade procedida por Nabuco parece inaugurar o “drama existencial dos que se sentem comprometidos com o país, mas, ao mesmo tempo, nele não se integram” (COSTA LIMA, 2002, p. 344).

Seria exagero estabelecer uma tradição que ligue Nabuco a Cabral pois a tematização sem autocomplacência da memória operada pelo poeta dissolve o ímpeto autobiográfico que move a escrita de Nabuco. Todavia, a via crítica explorada por Cabral participa desse ambiente dissonante “inaugurado” por Nabuco, na medida em que, em seus versos, o vivido, as experiências do eu, não se dirigem à configuração de uma interioridade abastecida pelo sentimento nacional. Então, podemos dizer que se Nabuco desvencilha seu “sentimento íntimo e interior” da construção de um tipo nacional, Cabral aguça esse caminho, deslocando-se para fora dos limites traçados pelas experiências vivenciais sofridas pelo eu.

Essa direção poética, quando explorada teoricamente, permite entender que a exigência imposta pelo poema ao leitor, de colocar-se acima das contingências de sua vida,

traz consigo uma elaboração crítica a respeito do *princípio de subjetividade moderna*. Para o poeta, as complexas relações entre a realidade exterior e a realidade interior que caracterizam a vida moderna, não se convertem e não permitem configurar uma interioridade organizada por um princípio de coesão. Ao contrário, a complexidade desagua como desintegração e essa é a marca mais profunda da subjetividade. A sondagem de seus domínios, portanto, não encaminha à individualidade do povo, mas às limitações e à intransitividade que fazem de seu fundamento, uma dissipação (MELO NETO, 1997).

Não por outro motivo, Cabral declara, em Poesia e composição, ser impossível definir a composição representativa do poema moderno. Dessa impossibilidade o autor deriva uma oscilação condensada pela oposição inspiração- trabalho. Essa oposição permite separar os poetas em dois grandes grupos:

1. Composto por poetas para os quais a composição é procura: “essa força – é feita de mil fracassos, de truques que ninguém deve saber, de concessões ao fácil, de soluções insatisfatórias” (IDEM, p.51)

2. Constituídos por poetas que produzem poemas como se eles brotassem da iniciativa da própria poesia e, em consequência, “o ato de escrever o poema, que neles se limita quase ao ato de registrar a voz que os surpreende, é um ato mínimo” (IDEM, p. 58).

Sem se esquivar de declarar a predominância do polo inspiração (especialmente, na literatura brasileira) e deixando claro sua opção pela via contrária, Cabral assevera que em nenhum dos casos, a experiência interior pode se deixar organizar pela totalidade prometida por uma interioridade nacional. A cena moderna, da maneira entendida por J. Cabral, enreda a subjetividade de uma outra maneira:

(...)essencialmente, essas duas maneiras de fazer [inspiração e trabalho] não se opõem. Se uma solução é obtida espontaneamente, como presente dos deuses, ou se ela é obtida após uma elaboração demorada, como conquista dos homens, o fato mais importante permanece: são ambas conquistas de homem, de um homem tolerante ou rigoroso, de um homem rico de ressonância ou de homem pobre de ressonâncias. Por este lado, ambas as ideias se confundem, isto é, ambas visam à criação de uma obra com elementos da experiência de um homem (IDEM, p. 67)

Ainda que, ao longo do texto, haja um esforço analítico que visa contrapor a posição em que o poema emerge como “o momento inexplicável de um achado” e aquela em que ele é produto de “ horas enormes de uma procura”; em relação à questão da subjetividade

interessa a última proposição dessa citação: a fabricação da arte, seja por inspiração, seja por trabalho, visa uma experiência que é comum aos seres humanos: "Pois o homem que lê quer ler-se no que lê, quer encontrar-se naquilo que ele é incapaz de fazer" (IDEM, p. 57). Cindida em modos de fazer distintos (inspiração e trabalho), essa experiência, na modernidade, "cuja originalidade parece estar em que a polarização mostra-se maior do que nunca". (IDEM, p.52), é uma experiência de fragmentação e perda de sentido do mundo.

Não encontramos no conjunto formado pelos textos aqui trabalhados uma definição de modernidade. Todavia, há uma passagem que serve de contraponto, da qual podemos extrair elementos de autorreflexão e autocrítica próprios a uma concepção crítica de mundo moderno:

Houve épocas e creio que ninguém duvida disso, em que entendimento [entre inspiração e trabalho] foi possível. Infelizmente, o plano teórico a que me obriga o tamanho desta conversa não me permite a descrição concreta de uma delas. Naquelas épocas, inspiração e trabalho artístico não se opunham essencialmente. Isso é, não se repeliam como polos de uma mesma natureza. Nessas épocas, a exigência da sociedade em relação aos autores é grande. A criação está subordinada à comunicação. Como o importante é comunicar-se, o autor usa os temas da vida dos homens, os temas comuns aos homens, que ele escreve na linguagem comum. Seu papel é mostrar a beleza no que todos veem e não falar de uma beleza a que somente ele teve acesso. Nessas épocas, a espontaneidade ganha novo sentido. Não é mais uma facilidade extraordinária de indivíduo eleito. É sinal de uma enorme identificação com a realidade. Não é mais uma maneira de valorizar, indiscriminadamente, o pessoal (IDEM, p. 98-99)

Lendo à contrapelo, entendemos em que sentido a modernidade é dissipação e perda. O que se perde dessas outras épocas para a época moderna é a possibilidade de identificação sem rodeios com a dimensão real e de comunicação plena da experiência vivida.

Não se trata de uma privação metafísica, mas das consequências dos processos que envolvem a conformação da sociedade moderna, industrial e burguesa, que tendem a impedir, obstruindo-os, a formação dos canais simbólicos de identificação do indivíduo com a comunidade. Essa obstrução pode ser pensada tanto como caráter alienante da divisão do trabalho industrial quanto em relação à experiência de massificação dos centros urbanos. E, *a distinção entre trabalho de arte e inspiração feita por J. Cabral é índice dessa obstrução simbólica.*

Como um projeto crítico do princípio de subjetividade moderna, a concepção do poeta não aceita como solução para a pulverulência da modernidade a conformação de uma

interioridade nacional. Radicalizando o traço que aparece em Nabuco, para João Cabral nem mesmo a memória pessoal estanca a dissipação que paradoxalmente fundamenta o princípio de subjetividade moderno: compreender isso é a necessidade da época, da nossa época.

O tom crítico dessa problematização da subjetividade é tão forte quanto a obstinação em não se render a subterfúgios. O que chamo de obstinação deve marcar que a criticidade encontrada não termina em uma melancolia pessimista e apática. Para o autor, nessa circunstância em que tudo que é sólido se desmancha no ar (perdoem o clichê), a experiência de fragmentação e perda de sentido é registrada pela linguagem: isso é, a experiência moderna é uma inescapável experiência de linguagem. E a despeito de toda uma análise que evidencia a fragilidade da linguagem ante o que dela se exige, podemos perceber, no conjunto de textos em prosa analisados, uma profunda confiança na linguagem. Uma confiança que não é depositada em um sistema de expressão capaz de reproduzir fielmente qualquer cenário ou pensamento. E sim, uma confiança que se dirige às propriedades particulares da forma, em seus efeitos e na potência que a torna apta a organizar o poema. O informe da vida interior moderna sob o trabalho árduo de uma consciência que se modela pela linguagem desfaz a possibilidade de se pensar a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação.

A grandeza da obra poética de João Cabral dá a ver esse caminho que, todavia, está longe de estar completamente pavimentado. Nas ciências humanas, na historiografia, a historicização das condições de conformação dos modos de subjetividade e dos processos de subjetivação aparecem com mais vigor na cena intelectual brasileira por volta da década de 1980, na esteira dos trabalhos de Michel Foucault, E. P. Thompson e Carlo Ginzburg, entre outros. Na área dos estudos literários, podemos tomar a contraposição entre o que Luiz Costa Lima e Silviano Santiago construíram, a partir dos anos 1970-1980. As reflexões desses autores arquetam visões bastante distintas sobre o que é ser brasileiro e o papel do intelectual em nossa cultura literária. O entendimento retrospectivo nos mostra que antes de tentar separar uma e outra face, talvez mais fecundo fosse opô-las frente a frente para explorar o paradoxo constitutivo das culturas periféricas e, conseqüentemente, repensar, desse ponto de vista, o princípio de subjetividade moderno.

Referências

ALENCAR, José de. Questão Filológica. *In*: ALENCAR, José de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda, 1960 Vol. IV.

ALENCAR, José de. **O vate bragantino** - Obra Completa, Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960 vol. IV.

ALENCAR, José de. "Cartas sobre a Confederação dos Tamoios" *In*: ALENCAR, José de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960, vol. IV.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação da nacionalidade brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BARRETO, T. **Estudos de filosofia**. Volume III. Disponível em : http://www.cdpb.org.br/estudos_tobias_parte_3.pdf S/D

BARASH, Jeffrey Andrew. **Politiques de l'histoire – L'historicisme comme promesse et comme mythe**. Paris, PUF, 2004.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em Minha formação, de Joaquim Nabuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19 nº. 56. Out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/ao1v1956.pdf>

BLUMENBERG, Hans. "**Imitação da natureza**": contribuição à pré-história da ideia do homem criador. *In*: COSTA LIMA, L. (org.) Mímesis e a reflexão contemporânea. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010: 87-136.

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo, Humanitas/FFLCH/SP, 2002.

CEZAR, Temístocles. **Livros de Plutarco**: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. MÉTIS: história & cultura – p. 73-94, jan./jun. 2003

COSTA LIMA, Luiz. (2002), "Nabuco: trauma e crítica", *in*: L. Costa Lima, **Intervenções**, São Paulo, Edusp, pp. 341-357.

COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada** – O espírito de nacionalidade na crítica brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**: une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne. Paris: Seuil, 1983.

FISCHER, Luís Augusto. **Duas formações, uma história**: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Paris: Seuil, 2003.

LACAPRA, Dominick. **History, Literature, Critical Theory**. New York: Cornell University Press, 2013.

MELO NETO, João Cabral de. Da função moderna da poesia. *In*: MELO NETO, João Cabral de. **Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 97-101.

MELO NETO, João Cabral de. Poesia e composição. *In*: MELO NETO, João Cabral de. **Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 51-70.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. DISCURSO SOBRE A HISTÓRIA DA LITERATURA DO BRASIL * MANIFESTO PUBLICADO NA **REVISTA NICTHEROY** EM 1836 http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Domingos_Jos%C3%A9_Gon%C3%A7alves_de_Magalh%C3%A3es_Discurso_sobre_a_hist%C3%B3ria_da_literatura_no_Brasil.pdf

MICELI S. **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo, Vértice, IDESP, 1989.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: travel writing and transculturation**. London and New York: Routledge, 1992. (c/ tradução em 1999).

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 2v. 2ed. (melhorada pelo auctor). Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional**. SP: Siciliano, 1991.

Schneider, Alberto Luiz. (2016). Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. *Intelligere*, 2(2), 49-67. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.117107>

SIMMEL, Georg. [1902] "A metrópole e a vida mental" *In*: VELHO, Otávio G (Org). **O fenômeno urbano**, 3. Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SOARES, Macedo. [1861] Gonçalves Dias. *In*: **Caminhos do pensamento Crítico**. Coutinho, A. (Org) Rio de Janeiro: Pallas S. A, 1980: 281-302

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

WERKEMA, Andrea Sirihal. O romantismo de Álvares de Azevedo. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, [S.l.], v. 7, p. 143-151, maio 2001. ISSN 2358-9787. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3104/3055>. Acesso em: 26 jul. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.7.1.143-151>.

ZILBERMAN, Regina. Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional. **Via Atlântica**. n. 4 out. 2000. <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/viewFile/49591/53666>

ⁱ Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da UFMG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0164-0061>

E-mail: alinealinemp@gmail.com

Recebido em 02/05/2022

Avaliado em 29/07/2022



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).